

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VALTER CARVALHO SANTOS DOREA

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA O MERCOSUL**

SÃO CRISTÓVÃO, SE

2025

VALTER CARVALHO SANTOS DOREA

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA O MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta

SÃO CRISTÓVÃO, SE

2025

VALTER CARVALHO SANTOS DOREA

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA O MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 24/02/2025

**Banca de Avaliação**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta (Orientadora)

---

Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira (Avaliador)

---

Prof. Dr. André Leite Araujo (Avaliador)

## **AGRADECIMENTOS**

Me despeço contente da Universidade Federal de Sergipe que me recebeu tão bem e me acolheu como um filho desde a minha chegada. Foi onde evoluí como pessoa e estudante, e agora sigo meu caminho como um homem mais maduro, responsável e com um conhecimento que jamais poderá ser tirado de mim. Devo isso, especialmente, aos professores do departamento de relações internacionais, que me mostraram que o saber está para além do que se lê nos livros e em outros lugares que não apenas a sala de aula. Me despeço com a certeza de que posso adquirir e produzir conhecimento em uma infinidade de formas e que, mesmo assim, jamais saberei o suficiente. Essa é a alegria da vida e do aprendizado, que estão sempre juntos.

Aos professores, agradeço também pela paciência em explicar, mostrar as possibilidades e me orientar das mais diversas maneiras. Admiro o trabalho de cada um e certamente a influência positiva de vocês em minha vida estará comigo para sempre, dentro e fora das salas de aula.

Agradeço aos meus pais e minha família, que acreditaram em mim e no meu sonho de cursar Relações Internacionais, por todo o apoio que me foi dado para concluir o curso da forma mais confortável possível. Os caminhos que me trouxeram até aqui foram iniciados há muitos anos, quando eu era apenas um garoto que sequer sabia o que eram as Relações Internacionais e, por isso, deixo aqui um agradecimento especial para a minha mãe, porque sem ela essa jornada não teria sequer começado.

Aos meus amigos, agradeço pelo apoio e paciência, pelos momentos de descontração nos corredores da Universidade e fora dela, por compartilharem seu cotidiano comigo e, acima de tudo, por tornarem a experiência mais leve em momentos nos quais, sem vocês, seria difícil continuar. Ninguém chega em lugar nenhum sozinho.

Tenham certeza de que esse trabalho, feito contra o tempo por conta de uma feliz aprovação no mestrado, não seria possível sem nenhum de vocês.

Espero que este trabalho de conclusão de curso possa auxiliar na compreensão das relações internacionais do nosso país, e que aqueles que o forem ler acreditem sempre em um futuro melhor.

*Muito Obrigado!*

## RESUMO

O Mercosul, desde a sua criação e durante suas diferentes fases, tem sido um fator importante para a inserção internacional brasileira, especialmente como um meio para que o Brasil demonstrasse seus interesses para a região. O bloco, tanto em seus momentos de predominância do viés comercialista original quanto em períodos de integração mais ampla, veio a ser um dos principais meios de contato do Brasil com o continente sul-americano e uma plataforma relevante para a articulação e defesa da posição brasileira no cenário internacional. Considerando a reorientação para a política externa que Jair Bolsonaro procurou trazer para o Brasil durante o seu mandato e o viés ideológico que marcou o mesmo, o presente trabalho de conclusão de curso busca entender como o Mercosul foi compreendido pelo governo Bolsonaro quanto a sua função e relevância para a política externa brasileira, analisando também como se deu a participação oficial do Brasil para o bloco durante o período. Utilizando documentos oficiais do Brasil e do Mercosul, além de discursos e entrevistas do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus chanceleres, Ernesto Araújo e Carlos França, o trabalho investiga se o Brasil apresentou tendências isolacionistas em relação ao bloco e, ainda, verifica se e como o governo Bolsonaro rompe com a concepção de Mercosul para a política externa brasileira que foi estabelecida durante os governos de centro-esquerda no país. Este trabalho de conclusão de curso aponta para uma postura de pouco interesse no Mercosul por parte do governo Bolsonaro, assim como indica uma ruptura com os princípios que nortearam a integração regional durante os governos de centro-esquerda.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira, Mercosul, governo Bolsonaro, integração regional

## **ABSTRACT**

Since its creation and throughout its different phases, Mercosur has been an important factor in Brazil's international presence, especially as a means for the country to express its interests in the South American region. The bloc, both in its periods of predominance of the original commercialist approach and in phases of broader integration, has become one of Brazil's main channels of contact with South America and a relevant platform for articulating and defending the country's position on the international stage. Considering the reorientation of foreign policy that Jair Bolsonaro sought to bring to Brazil during his mandate and the ideological bias that marked his government, this undergraduate thesis aims to understand how Mercosur was perceived by the Bolsonaro administration regarding its function and relevance to Brazilian foreign policy, while also analyzing Brazil's official participation in the bloc during this period. Using official documents from Brazil and Mercosur, as well as speeches and interviews by former President Jair Bolsonaro and his foreign ministers, Ernesto Araújo and Carlos França, the study investigates whether Brazil displayed isolationist tendencies toward the bloc and examines if and how the Bolsonaro government departed with the conception of Mercosur in Brazilian foreign policy that had been established during center-left administrations. This thesis points to a lack of interest in Mercosur by the Bolsonaro government and indicates a rupture with the principles that guided regional integration during center-left governments.

**Keywords:** Brazilian foreign policy, Mercosul, Bolsonaro government, regional integration

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 MERCOSUL E A INSERÇÃO INTERNACIONAL PARA O BRASIL .....</b>	<b>11</b>
<b>3 A VISÃO DO GOVERNO BOLSONARO ACERCA DO MERCOSUL .....</b>	<b>17</b>
<b>4 O BRASIL DE BOLSONARO E A INSTITUCIONALIDADE DO MERCOSUL ....</b>	<b>24</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A integração regional costuma ser um fator central na política externa do Brasil por conta da sua posição enquanto potência regional e, especialmente ao fim do século XX, para o aprofundamento da cooperação regional e a integração entre os países sul-americanos através da ampliação de mecanismos de integração regional como o Mercosul (Cervo, 2001). Considera-se que instituições internacionais são espaços importantes para a interação entre os Estados em dimensões variadas e um meio através do qual seus interesses são alcançados (Keohane, Nye, 1977). No caso da América do Sul, é possível destacar a importância da vontade política dos governantes para o processo de integração regional, assim como a sua inclinação ideológica frente ao cenário internacional (Cervo, 2001).

A importância estratégica do Mercosul para o Brasil, em especial durante os governos de centro-esquerda do país, ocorre muito por conta da identidade do país enquanto parte do Sul global e afastado do centro do sistema internacional. Nesse sentido, a identidade nas relações internacionais é tida como o “conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam sua visão e os seus interesses, como ator no sistema mundial, dos que caracterizam os demais países” (Lafer, 2004).

Celso Lafer (2004) argumenta que a política externa brasileira voltada para um contexto favorável de América do Sul e proximidade estratégica com os países vizinhos pode ser considerada uma tradição diplomática brasileira, ao passo em que mantém uma posição de liderança na organização das relações internacionais do continente. Para o autor, o Mercosul e seu desempenho estão bastante ligados ao bom funcionamento das relações Brasil-Argentina, mas também diz respeito ao objetivo comum compartilhado pelos países-membros para além de um acordo comercial. Nas palavras de Lafer,

O Mercosul, por sua natureza e por ser um instrumento jurídico que cuida de relações de longa duração e execução continuada, não é um contrato comercial – um acordo internacional que trata apenas de compras e vendas (...). É tecnicamente um contrato plurilateral, onde o elemento fundamental é o objetivo comum. (Lafer, 2018)

Dessa forma, a constante do multilateralismo, como é o caso do Mercosul, para a política externa brasileira, foi essencial para a defesa dos interesses do país, podendo o bloco ser considerado, desde o início, “uma maneira de ser e estar no mundo, seja no plano político, seja no plano econômico, seja no dos valores” (Lafer, 2004).

Dada a importância estratégica do Mercosul para as relações internacionais brasileiras, considera-se que o Brasil tende a assumir uma posição de liderança e impulsiona os diferentes momentos da integração regional através do Mercosul, tanto em sua fase inicial de

regionalismo aberto com viés comercial, quanto no ‘Novo Mercosul’ que foi reformulado no começo do século XXI, com mais participação social e um modelo de integração mais amplo e participativo (Giaccaglia, Vadell, 2020).

Neste trabalho, analisa-se a visão do Mercosul para o governo Bolsonaro e a posição oficial do país para o bloco durante o seu governo. Vê-se, inicialmente, que a posição do Brasil quanto ao Mercosul no período trabalhado é marcada por uma falta de interesse em participar da organização ou, em cenários menos disruptivos, um choque ideológico quanto ao caráter de integração baseado na cooperação Sul-Sul<sup>1</sup> e considerável importância da região para a política externa brasileira que o Mercosul obteve na maior parte da história do bloco, especialmente durante os governos de centro-esquerda (Vazquez, 2018). Dessa forma, surge a necessidade de analisar mais profundamente qual foi a posição da política externa do governo Bolsonaro para o Mercosul considerando os discursos sobre o mecanismo de integração por parte do ex-presidente e demais representantes da política externa do governo, mas especialmente as políticas implementadas para a organização e sua comparação com o momento histórico da inserção internacional brasileira ao qual o governo Bolsonaro procurava se opor.

Pretende-se, considerando a cronologia da política externa brasileira para o Mercosul marcada, durante tempo considerável, por um caráter personalista na figura dos presidentes e suas inclinações ideológicas, assim como o que já foi trabalhado sobre a política externa de Bolsonaro para a integração regional, analisar a política externa do governo Bolsonaro para o Mercosul, investigando se houve uma posição isolacionista em relação ao bloco, verificando também se e como o governo Bolsonaro rompe com a concepção de Mercosul para a política externa brasileira que foi estabelecida durante os governos de centro-esquerda no país.

O trabalho observa, ainda, como a política externa de Bolsonaro lidou com o Mercosul e analisa qual foi a posição oficial para o bloco e, mais especificamente, este trabalho de conclusão de curso pretende responder a pergunta de pesquisa “Como se deu a política externa do governo Bolsonaro para o Mercosul?”.

Inicialmente, o trabalho se utiliza de uma breve revisão bibliográfica que contempla os diferentes períodos da política externa brasileira para o Mercosul, expondo suas principais características e interesses nos períodos anteriores ao de Jair Bolsonaro. Ademais, analisa-se aqui, a partir do plano de governo, documentos oficiais de grupos políticos domésticos e discursos do ex-presidente e chanceleres, como o Mercosul foi compreendido durante o

---

<sup>1</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) define a cooperação Sul-Sul como a cooperação técnica entre dois ou mais países em desenvolvimento no Sul Global.

governo Bolsonaro e a posição predominante de política externa direcionada ao mesmo. Por fim, a pesquisa utiliza documentos oficiais do Mercosul, Ministério das Relações Exteriores e Presidência da República, assim como entrevistas e notícias, para demonstrar como se deu a participação oficial do Brasil no Mercosul durante o período de Bolsonaro.

## 2 MERCOSUL E A INSERÇÃO INTERNACIONAL PARA O BRASIL

O Mercosul, desde o seu início, em 1991 a partir do Tratado de Assunção, figura como um importante mecanismo de integração regional entre os países-membros, sendo especialmente relevante para o Brasil que, ao lado da Argentina, tomou a liderança desse processo de integração (Cervo, 2001). Tendo seu início em uma lógica *top-down*, com pouca participação popular e sendo uma iniciativa intergovernamental priorizando o comércio e a ampliação de mercados (Cason, Burrell, 2002), o Mercosul eventualmente passou por mudanças consideráveis, principalmente no que diz respeito aos seus objetivos, transitando de uma lógica comercial para uma integração política mais ampla entre os países-membros. A partir da perspectiva brasileira e na percepção de qual seria a utilidade real do Mercosul para a inserção internacional do país, essas variações no bloco foram bastante influenciadas pelas tendências integracionistas do cenário internacional, assim como o investimento de capital político que os presidentes do Brasil colocaram no Mercosul (Cason, Power, 2009).

Nesse sentido, o cenário internacional no qual surge o Mercosul é o da prevalência do regionalismo aberto, com um viés comercial predominante e visando uma inserção global a partir do acesso à mercados (Briceño-Ruiz, 2021). Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, quando presidentes do Brasil, tinham no Mercosul uma plataforma para impulsionar as reformas liberais que estavam sendo promovidas no período, dando ênfase à redução de tarifas e propondo um viés comercialista de integração. Ainda, é importante considerar que os anos iniciais do Mercosul foram fortemente influenciados pelas normativas do Consenso de Washington (Ferrer, 1997 apud Briceño-Ruiz, 2021), com ausência de coordenação nas políticas macroeconômicas, medidas unilaterais protecionistas e perfurações à tarifa externa comum (López, Laplane apud Briceño-Ruiz, 2020).

Dessa forma, apesar de algum sucesso no âmbito econômico, o viés comercialista do Mercosul passou a ser criticado por especialistas dos países-membros e pela sociedade civil ainda durante o governo de FHC. O auge do momento de crise do Mercosul, em 1999, evidenciou a necessidade de mudanças estruturais no bloco para promover melhores mecanismos de solução de conflitos, resolução das assimetrias entre os países e um aprofundamento na dimensão política da integração regional, especialmente na área de política externa (Onuki, 1999). Por isso, durante os últimos anos do governo FHC, para além da crise econômica enfrentada no Brasil, existiu uma tendência crítica no Brasil ao processo de integração liberal que foi executado através do Mercosul. Amado Cervo (2001) aponta que, ao fim do governo FHC, a população brasileira demonstrava adesão a um projeto de centro-

esquerda para a presidência da república, seguindo a tendência de outros países sul-americanos, levando em conta a insuficiência do Estado brasileiro em promover uma inserção internacional que trouxesse benefícios reais ao país. O autor afirma que esse período de transição de poder evidenciou problemas da política externa sul-americana para integração regional, que eram também comuns ao Brasil, dentre eles:

Endividamento para sustentar uma estabilidade monetária baseada na captação pelo Estado de capitais especulativos; venda de empresas públicas para honrar compromissos financeiros crescentes; queda da atividade produtiva interna em razão da queda tarifária; abandono da integração produtiva em favor da integração meramente comercialista; conflitos comerciais intrazonais entre membros dos blocos econômicos, Mercosul e Pacto Andino; desmonte dos sistemas nacionais de segurança. (Cervo, 2001, p. 298)

Cason e Power (2009) afirmam que a política externa foi, ao longo dos dois primeiros mandatos de Lula, um campo no qual o progressismo e as pautas de campanha puderam ser sustentados com maior ênfase, abrindo margem para uma reformulação do Mercosul a partir do fortalecimento de suas dimensões sociais, culturais e políticas. Com a eleição de outros representantes de centro-esquerda no momento que ficou conhecido como ‘Onda Rosa’ sul-americana, especialmente considerando a eleição de Kirchner na Argentina, em 2003, uma nova fase da organização é concebida com a proposta de reduzir o viés puramente comercial que deu origem ao bloco, ampliando então as dimensões sociais, produtivas e políticas, reafirmadas como prioridade para a política externa brasileira no Consenso de Buenos Aires, assinado por Lula e Kirchner. Apesar do documento não ser uma normativa oficial do bloco e sim uma declaração de Brasil e Argentina, foi bem aceito pelos demais países-membros (Briceño-Ruiz, 2021) por sua postura de reforma e críticas ao viés comercialista que predominava no bloco. Neste documento, os presidentes declararam que:

Confirmamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é apenas um bloco comercial, mas um catalisador de valores, tradições e futuro compartilhados. Dessa forma, nossos governos estão trabalhando para fortalecê-lo por meio da melhora de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países. (Folha de São Paulo, 2003)

Assim, o período do ‘Novo Mercosul’, com aprofundamento da integração em diferentes vertentes e uma forte crítica ao neoliberalismo e às assimetrias entre o Norte e o Sul global, era iniciado. Briceño Ruiz (2021, p. 69) nota, porém, que embora o Mercosul tenha surgido como uma iniciativa quase exclusivamente comercial em sua primeira década, já nesse período havia desenvolvido uma dimensão trabalhista e educacional. O que define o período pós-hegemônico do Mercosul a partir das eleições de candidaturas de centro-esquerda na

América Latina, nessa lógica, é justamente uma ampliação dessas dimensões alinhada com uma alteração na dimensão econômica que propunha políticas regionais alternativas ao regionalismo aberto (Briceño Ruiz, 2021), especialmente tratando de uma transformação produtiva que pudesse desenvolver a agricultura solidária e familiar, entre outras formas de impulsionar os temas sociais no Mercosul.

Dentre os avanços do Mercosul participativo e socialmente impactante na primeira década foram, por exemplo,, as propostas de redução de assimetrias internas entre os membros do bloco, normas sobre mobilidade de pessoas, convergência em políticas de direitos humanos e, em destaque, o incentivo à participação de civis na formação de políticas públicas (Briceño Ruiz, 2021). Essa fase, marcada, no Brasil, pela instituição do Programa Mercosul Social e Participativo em 2008, promoveu espaços para discussão de políticas públicas com participação de movimentos sociais nas Cúpulas Sociais do Mercosul, além de, como apontado pelo autor, ter dado origem ao Instituto Social do Mercosul, cuja função é a de realizar estudos e projetos técnicos sobre políticas sociais para a região (Martins, 2011).

O Mercosul, enquanto projeto de integração amplo, obteve mudanças positivas em outras áreas para os países-membros, como educação e saúde. Por conta desse novo caráter do bloco, o Brasil passou a adotar o ensino de espanhol nas escolas e criou a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) visando alcançar estudantes e professores de outros países da região, promovendo maior integração no âmbito do ensino superior (Martins, 2011). Ainda, o Mercosul impulsionou a participação conjunta dos países-membros na promoção da segurança alimentar, gestão de saúde pública e redução da mortalidade materna a partir de normativas aprovadas pelo Conselho do Mercosul, por exemplo. Os avanços nesta área contam com acordos para cooperação na área da saúde, permitindo que pacientes do Brasil possam, por exemplo, ser atendidos nas cidades do Uruguai no outro lado da fronteira e vice-versa, colaborando para uma articulação na saúde pública fronteiriça (Martins, 2011).

Esse período foi, em termos de política externa, marcado por uma participação muito mais ativa das figuras presidenciais<sup>2</sup>, principalmente o presidente Lula, do Brasil, nas discussões e projetos do Mercosul e uma velocidade maior nas mudanças do bloco (Cason, Power, 2009). Nota-se, além disso, que ambos os períodos trabalhados denotam a importância estratégica que o Mercosul possui para o Brasil quando se trata da projeção regional. Pode-se entender que o Mercosul, tanto no período liberal quanto no pós-hegemônico, era visto pelo

---

<sup>2</sup> Malamud (2003, 2012) aborda a importância dos presidentes, especialmente de Brasil e Argentina, para a consolidação e fortalecimento da integração regional sul-americana e do próprio Mercosul.

Brasil como uma forma de ascender internacionalmente e liderar um projeto sul-americano, constituindo uma plataforma importante para o viés de política externa brasileiro (Giaccaglia, Vadell, 2020), além de ser essencial para diversificar parcerias e ampliar relações diplomáticas (Vigevani, Cepaluni, 2007).

Giaccaglia e Vadell (2020, p. 1064) notam que, apesar da importância estratégica, a convergência ideológica não aprofundou as relações entre os países-membro do Mercosul de imediato, visto que as assimetrias econômicas entre os países geraram desequilíbrios comerciais complexos e tratativas comerciais isoladas quando um país, como foi o caso da Argentina para com o Brasil entre 2004 e 2005, se via prejudicado economicamente pela assimetria em capacidades comerciais. Por outro lado, esse período reforçou a convicção da política externa brasileira em se comprometer com o Mercosul e a integração regional, visto que o governo brasileiro cedeu às pressões argentinas por um acordo para criar um mecanismo de adaptação competitiva, cuja função seria evitar a entrada predatória de produtos de um país no mercado vizinho, mesmo em meio às várias críticas da imprensa e do setor industrial doméstico (Giaccaglia, Vadell, 2020).

O acordo para adaptação competitiva, apesar de criticado internamente, foi celebrado pelo Ministério das Relações Exteriores e, segundo Giaccaglia e Vadell (2020), entendido como uma forma de garantir a sobrevivência do bloco. Dessa forma, o governo Lula entendia a integração regional como um ponto central da política externa brasileira e, principalmente, tratando o Mercosul e a cooperação Sul-Sul como temas de interesse para a garantia da liderança brasileira na região (Giaccaglia, Vadell, 2020).

Dilma Rousseff, a partir de 2010, seguiu a linha ideológica do seu predecessor quanto ao local do Brasil no contexto político internacional, enquanto um país do Sul global, e alinhou tal perspectiva com o fortalecimento do Mercosul e a cooperação Sul-Sul. Ainda assim, o governo Dilma não apresentou uma política externa tão presidencialista como havia feito Lula (De Jesus, 2014). De toda forma, nesse contexto, o Mercosul seguia como um instrumento importante para a expansão comercial brasileira e para a indústria do país, sendo de grande relevância para a política externa do Brasil, apesar das críticas que surgiam ao bloco e sua suposta paralisação (De Jesus, 2014).

Apesar da manutenção da importância estratégica do Mercosul para o Brasil, o período Dilma já demonstrava uma redução na continuidade da política externa em relação ao bloco, seja por conta de uma menor efetividade da diplomacia presidencial em comparação ao governo Lula ou pelas crises internas enfrentadas pelo governo que limitaram o seu diálogo com setores domésticos que, anteriormente, facilitaram a ascensão internacional do Brasil

(Cervo, Lessa, 2014). Nesse sentido, apesar da importância do Mercosul sob princípios e objetivos que guiaram o governo anterior, o governo Dilma já demonstrava menor intensidade nas ações (especialmente de política externa) para alcançar objetivos junto ao bloco (Cornetet, 2014).

É importante considerar, sob essa ótica de continuidade menos efetiva, que a visão brasileira do Mercosul ainda mantinha uma ótica menos comercial e mais desenvolvimentista, esta última baseada nos princípios amplos de integração mencionados anteriormente (Saraiva, 2010), apesar de uma estagnação considerável no campo econômico e comercial, especialmente nas relações bilaterais com a Argentina a partir do Mercosul. Houve avanços nas iniciativas voltadas aos Direitos Humanos e políticas públicas que, apesar de apontarem para uma continuidade na integração ampla e importância do Mercosul na inserção internacional brasileira visada pelos governos Lula e Dilma, foi alvo de críticas a partir do governo Temer que, mesmo mantendo a posição estratégica do Mercosul para o Brasil, visava uma inversão de prioridades, diminuindo os demais setores da integração e voltando a fomentar uma priorização do âmbito comercial no bloco.

Durante o curto período Temer, a política externa foi pautada por uma perspectiva muito mais econômica, com a busca por uma inserção internacional sob princípios de abertura comercial e maiores laços econômicos (Granato, Uberti, 2024). Nesse sentido, o Mercosul aparecia como um meio para a liberalização comercial e eliminação de barreiras, com destaque para uma visão de Mercosul que pudesse fazer um retorno ao seu propósito original como uma área de livre comércio (Granato, Uberti, 2024).

Em mensagem ao congresso nacional, em 2017, assinada pelo então presidente Michel Temer, algumas disposições breves acerca dos interesses da política externa brasileira, colocados em prática no ano anterior, em relação à integração regional são mencionadas, dentre os quais o Mercosul aparece enquanto um meio para atingir objetivos mais liberalizantes de inserção internacional no viés econômico. Lê-se que:

A partir do segundo semestre de 2016, empreende-se exercício de reflexão sobre as ênfases a serem dadas na consecução desse objetivo, em especial na vertente econômico-comercial. O Governo brasileiro tem por objetivo: i) dinamizar os fluxos de comércio e de investimento; ii) modernizar a infraestrutura de integração física; e iii) fortalecer o relacionamento do Mercosul com outros países e blocos. A integração regional deve constituir plataforma para inserção competitiva dos países na economia global. (Brasil, 2017)

Para além disso, o Mercosul é citado vinte e quatro vezes no documento, sendo importante notar que existe uma subseção específica para o bloco dentro da seção que trata do

fortalecimento da integração regional, sendo citado como parte do “processo de integração econômica” (Brasil, 2017, p. 174). Na mesma sessão, o documento cita a identificação de barreiras, no âmbito do Mercosul, que dificultam o comércio, confirmando que houve uma mudança de interesses para dar mais foco no eixo econômico-comercial (Brasil, 2017, p. 174).

Já durante o governo Temer, portanto, é possível verificar que o Mercosul veio a ser tratado como um bloco que deveria retornar às suas origens (a iniciativa liberal da década de 90) e que a política externa brasileira de Temer pretendia inserir o Brasil internacionalmente a partir de uma ideia de comércio liberal, reduzindo a importância social e política da integração sul-americana que imperou nos governos anteriores (Junqueira, Neves, Souza, 2020). Esse período marca, enfim, o retorno de um discurso liberal acerca da integração regional para o Brasil, enxergando o Mercosul como um bloco que havia perdido o foco comercial de outrora e precisava ser reformulado segundo os novos princípios da inserção internacional brasileira idealizada por Temer.

Jair Bolsonaro, portanto, encontrou uma política externa brasileira que já visualizava o Mercosul de forma diferente em relação ao ‘Novo Mercosul’ iniciado na era Lula, visto que seu antecessor, Michel Temer, já criticava a postura ampla do bloco, propondo e executando medidas de maior abertura comercial e um retorno às origens liberais da integração com viés econômico (Frenkel, Azzi, 2021). Vê-se também que o bloco, em seus diversos períodos, foi uma ferramenta essencial para a inserção internacional brasileira e não foi deixado de lado pelos presidentes anteriores a Bolsonaro, mesmo em períodos de crise ou lentidão em seus processos, mas sim reformulado ou, no mínimo, alvo de propostas de reformulação para atender aos interesses vigentes.

### 3 A VISÃO DO GOVERNO BOLSONARO ACERCA DO MERCOSUL

Frenkel e Azzi (2020, p. 125), ao abordar a política externa de Bolsonaro para a América do Sul, apontam para um processo de continuidade após o governo Temer, que por sua vez já anunciava uma “desideologização”<sup>3</sup> da política exterior, propondo um regionalismo que se alinhasse com medidas de abertura econômica e estreitamento dos laços com os Estados Unidos da América. Seguindo esta dinâmica, o governo de Bolsonaro radicalizou esse posicionamento de política externa brasileira para a América do Sul, retirando o país da União Sul-Americana de Nações (Unasul), abandonando a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e, em alguns momentos, demonstrando interesse em sair do Mercosul ou alterá-lo significativamente. Essas similaridades ideológicas, apesar de muito mais aprofundadas por Bolsonaro, indicam uma concepção antirregional que entende os processos de integração com a região, como o Mercosul, enquanto obstáculos para o alinhamento com os Estados Unidos e a participação unilateral no comércio internacional (Vadell, Giaccaglia, 2020, p. 1069-1071).

Os temas de “desideologização” podem ser observados no plano de governo do PSL (partido de Bolsonaro em 2018), que afirmava que o Brasil era um dos países menos abertos ao comércio internacional e que a solução para esse problema seria a abertura comercial e a redução de barreiras tarifárias. Apesar do método liberal ser marcante, a crítica conservadora do bolsonarismo aos governos de centro-esquerda que comandaram o Brasil por mais de uma década não se limitava à institucionalidade brasileira. A ideia de inserção internacional bolsonarista era apresentada por um discurso forte e enviesado que colocava países vizinhos como ditaduras assassinas e/ou atrasados por suas “ideologias”, como a Venezuela, e fomentava uma maior abertura às ditas democracias, como os Estados Unidos (PSL, 2018).

Não se pode esquecer, ademais, que o apoio de setores conservadores, com ênfase para os evangélicos, na ascensão política de Bolsonaro delimitou bastante os princípios que foram seguidos pelo ex-presidente. Tais setores se viam representados, institucionalmente, por grupos políticos organizados, como a Frente Parlamentar Evangélica<sup>4</sup> no Congresso. No documento ‘O Manifesto à Nação’, de 2018, redigido pela Frente Parlamentar Evangélica e tornado público logo após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, algumas proposições ideológicas foram colocadas acerca da política internacional a ser seguida por Bolsonaro, em alguns pontos tratando especificamente do Mercosul. Seleccionando, no

---

<sup>3</sup> O termo diz respeito à desconstrução dos marcos ideológicos referentes ao período de centro-esquerda, anterior ao governo Temer.

documento citado, menções ao bloco e à integração, é possível entender melhor o raciocínio do grupo político em relação ao Mercosul.

Aqui, o termo ‘integração regional’ não é mencionado, mas a palavra ‘Mercosul’ aparece seis vezes nas propostas para a equipe de transição de Bolsonaro. Dentre as menções feitas ao bloco, propõe-se a redução da tarifa externa comum, eliminação das tarifas ao comércio nas transações entre Mercosul e Aliança do Pacífico e revogação da definição de que os Estados-membros do Mercosul só podem negociar acordos comerciais em bloco (Frente Parlamentar Evangélica, 2018). Vê-se que a base de apoio institucional de Bolsonaro já pretendia alterações significativas no Mercosul, com maior prioridade para o âmbito comercial e propostas liberalizantes. Apesar de não existirem menções ao processo de desideologização como proposto no plano de governo do PSL, há uma concordância acerca de uma ênfase ao viés comercial do bloco, que seria explorada por Bolsonaro como um contraste ao processo ideológico que denunciava.

As críticas do governo Bolsonaro à ‘ideologia’, seguindo a lógica apresenta anteriormente, fazem referência ao período do regionalismo pós-hegemônico, comandado por políticos à esquerda na região (Junqueira, Neves, Souza, 2020, p. 100). Sendo assim, é possível assumir que a interpretação de Bolsonaro acerca do regionalismo sul-americano, sobretudo o Mercosul, era de afastamento dos conceitos ideológicos que o moldaram, destacando-se a crítica ao status quo e maior prioridade para a cooperação Sul-Sul (Vadell, Giaccaglia, 2020), enquanto o ex-presidente propunha uma aproximação do caráter “original” do bloco e maior importância ao seu âmbito comercial.

O Mercosul foi abordado nos discursos de Bolsonaro, Paulo Guedes (Ministro da Economia) e Ernesto Araújo (quando Ministro das Relações Exteriores) de forma a criticar a estrutura do bloco, demonstrando prioridade para a redução de barreiras econômicas e abertura comercial de outrora, ao passo em que procuravam se afastar da integração ampla de outrora.

Guedes afirmou, ainda em 2018, que “o Mercosul é restrito demais para o que estamos pensando. O Mercosul, quando foi feito, foi totalmente ideológico” (Agostine; Ramalho, 2018). Araújo, por sua vez, opinou em discursos de 2019 que o Mercosul havia sido desvirtuado e demonstrou interesse na retomada do projeto de ‘integração aberta’, como chamou o intuito original do bloco, baseado em uma maior abertura econômica na região a partir do Mercosul (Araújo, 2019), ambos mirando em uma maior inserção dentro dos padrões liberais de integração para o comércio e o retorno às origens.

A perspectiva de Bolsonaro acerca do Mercosul, baseada em uma suposta ideologização à esquerda do bloco, foi sustentada pela hipótese de que a predileção dos

governos petistas por uma inserção internacional focada na região e no processo de integração havia contribuído para um isolamento comercial do Brasil. Essa forma de pensar, concentrada em uma postura antagônica aos governos de centro-esquerda e críticas à condução da política externa conduzida por eles, foi colocada por Bolsonaro ainda durante seu mandato enquanto deputado federal:

A nossa crise econômica não nasceu agora, ela vem de algum tempo. Porque o Brasil, através do PT, optou pelo viés ideológico para fazer seus negócios não com o mundo, mas basicamente, na América do Sul, com o MERCOSUL. Obviamente mantemos comércio com a China e com outros poucos países, mas foi essa âncora ideológica que nos levou a esse estado de coisas, e sair dele não vai ser de hoje para amanhã (Bolsonaro, 2016).

Nas palavras de Bolsonaro logo após a sua posse, em 2019, essa crítica foi reafirmada juntamente com possibilidades de reconstrução do Mercosul, ao menos na forma como o ex-presidente mencionou para a imprensa brasileira. Na ocasião, Bolsonaro criticou superficialmente a forma como o Mercosul havia sido conduzido e tratou das propostas acerca de um novo Mercosul, declarando:

No plano interno, o Mercosul precisa valorizar sua tradição original. Abertura comercial, redução de barreiras, eliminação de burocracias. O propósito é construir um Mercosul enxuto, que continue a fazer sentido e ter relevância. Na frente externa, concordamos que é preciso concluir rapidamente as negociações mais promissoras e iniciar novas negociações, com criatividade e flexibilidade para recuperarmos o tempo perdido (BRASIL, 2019b, n.p.).

Dessa forma, criava-se um “modelo ideal” de Mercosul, muito diferente daquele adotado anteriormente, diante do qual o governo Bolsonaro enfatizava uma visão utilitarista e comercial do bloco. Nesse sentido, ambas as críticas bolsonaristas ao Mercosul se complementam quando o modelo mais aceitável do bloco é aquele dito original, voltado para o comércio e com menos participação ampla do Brasil no processo de integração e priorização da região, que por sua vez teria sido desvirtuado pela ideologia.

O que Bolsonaro propunha como substituição para a importância dada à região anteriormente, em princípio, para a política externa brasileira era um distanciamento da tradição envolvendo a região. No campo oficial, no primeiro dos seus movimentos direcionados ao regionalismo, impulsionou o Prosul <sup>5</sup>ao lado de outros presidentes de direita da região (com destaque para Macri, da Argentina), uma iniciativa conjunta para demonstrar a

---

<sup>5</sup> Chamado de Foro para o Progresso da América do Sul e comumente associado ao papel de substituição da Unasul, da qual o governo de Jair Bolsonaro retirou o Brasil.

oposição aos governos de esquerda anteriores e à Unasul, que acusavam ser um mecanismo para a ideologia de esquerda na região (Marzui, 2019).

O tema da desideologização, desde o início do governo Bolsonaro, parecia afetar algumas decisões em relação à região, como a citada, e seguiu sendo relevante para o ex-presidente em outras participações oficiais. Em uma oportunidade na Argentina, a convite de Macri ainda em 2019, Bolsonaro afirmou que havia algo “muito mais importante a combater. É a questão ideológica, isso não pode voltar para nenhum país aqui da América do Sul” (Brasil, 2019).

Vê-se que, apesar de fazer parte de um discurso eleitoral, e muitas vezes radical, durante a campanha e carreira política de Bolsonaro para ganhar potência eleitoral (Solano, 2018), a quebra de padrões tradicionais acontecia na política externa contra uma suposta ideologização de esquerda na América Latina e se fez presente em movimentações oficiais do então presidente, assim como em comunicados da presidência da república.

Por outro lado, houve também uma representação oficial que apontava para uma adequação entre o radicalismo das propostas e o pragmatismo das ações ainda em 2019, quando, em visita à Buenos Aires, o ex-chanceler Ernesto Araújo foi questionado sobre as discrepâncias entre o discurso mais radical de Bolsonaro durante a campanha e a postura pragmática adotada pelo Itamaraty, afirmando que durante a campanha existia um discurso mais genérico e, para a prática, o programa proposto seria adotado de maneira concreta (BRASIL, 2019). Além disso, o próprio Bolsonaro, em 2019 e em conjunto com o ex-presidente Macri, da Argentina, parecia estar retrocedendo das possibilidades de ruptura e distanciamento abrupto propostas anteriormente, mas ainda citando a revisão de tarifas e regulações, dando ênfase para a facilitação de comércios (GOV, 2019).

É importante considerar a condição de importância do Mercosul, também, para atores domésticos e grupos de interesse, o que dificulta ainda mais a execução de uma posição disruptiva do Brasil em relação ao bloco (Bressan, Menezes, Ribeiro, 2022). Como exemplo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou, em 2020, um documento intitulado “Impactos Jurídicos da Saída do Brasil no Mercosul”, no qual expunha entraves jurídicos de acordos comerciais e tratados assinados que viriam a prejudicar o Brasil em caso de saída do Mercosul (CNI, 2020).

Dentre o que foi exposto no documento da CNI criticando o cenário de uma possível retirada do Brasil do Mercosul, foi citado a perda de acesso a mercados com preferência, redução no volume de exportações e maior desgaste com renegociações de acordos assinados em bloco (CNI, 2020). Ainda, o documento destaca que a saída do Brasil do Mercosul, além

do desgaste econômico, afetaria outras áreas das trocas entre os países-membros pela forma como o bloco se estruturou ao longo do tempo, apresentando, de forma geral,

riscos de impactos negativos na economia e também na vida de parte da população dos países membros – como, por exemplo, questões de imigração e residência, acesso ao mercado de trabalho, documentação de viagem, transporte, normas técnicas e sanitárias a serem cumpridas para viabilizar a continuidade do comércio, dentre outras. (CNI, 2020, p. 54).

Faz-se importante, portanto, assumir que discursos eleitoreiros e/ou radicais não refletem em totalidade naquilo que é praticado em temas de política externa, especialmente quando consideramos que o Mercosul possui uma estrutura complexa e sólida há mais de três décadas, ou mesmo na sustentação das ambições do país no longo prazo, visto que fatores externos e internos podem interferir nas decisões tomadas. Sendo assim, apesar das bravatas iniciais, é possível considerar que as visões do governo Bolsonaro para o Mercosul

oscilaram entre o flerte com uma possível saída do acordo regional (ecoando argumentos nacionalistas), passando pela retórica de que o Mercosul seria muito ideológico e voltando à velha e vaga proposta de flexibilização do acordo. Essa postura demonstra que o custo político para se retirar do acordo seria alto e enfrentaria resistência de parte do empresariado, setores da sociedade civil e do parlamento brasileiro, entre outros (Bressan, Menezes, Ribeiro, 2022)

Assim, o governo Bolsonaro pareceu deixar de lado tendências de ruptura mais radicais mencionadas em alguns momentos de campanha e início de mandato, como a saída do Mercosul, mas ainda persistiu com os avanços no viés utilitarista e comercial do bloco, reduzindo-o em importância em outras vertentes, como quando reduziu consideravelmente os aportes para o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, representando o abandono brasileiro de questões como resolução de assimetrias e convergências regionais (Azzi, Frenkel, 2021).

Dentro daquilo que se manteve na perspectiva bolsonarista do Mercosul, a partir da adequação para um nível menos radical de propostas, estava ainda uma resistência à cooperação Sul-Sul e um maior alinhamento ao governo de Donald Trump, com desgaste nas relações com a Argentina (Bessa, 2022), que por muito tempo liderou o Mercosul ao lado Brasil, especialmente por conta da eleição do presidente Alberto Fernandez, utilizada por Bolsonaro como razão para um afastamento entre os dois países (Fernandes, 2022) e resultando em uma menor importância para a região na política externa brasileira.

Ainda que os avanços de Bolsonaro não tenham sido tão disruptivos quanto anunciado em algumas oportunidades, uma oposição à importância da integração regional e ao Mercosul se mantinha, ocasionando mudanças na estrutura do Ministério das Relações Exteriores, a partir

das quais um afastamento do órgão da condução das relações exteriores foi promovido (Azzi, Frenkel, 2020). Por se tratar de premissas ideológicas e de afastamento da tradição conduzida pelos seus adversários políticos, o governo Bolsonaro implementou alterações no topo do corpo diplomático e diretrizes acerca da condução da política externa do país e fatores tradicionais da mesma como a organização da América do Sul enquanto um espaço favorável ao Brasil e até mesmo parte da identidade nacional (Lafer, 2004).

Dentre as reformas institucionais promovidas pelo governo Bolsonaro quanto ao Itamaraty e sua conseqüente ideologização no que toca a América Latina, esteve a extinção de ‘História dos países da América Latina’ e a redução de tempo de formação em ‘História da política externa brasileira’ no curso de preparação para diplomatas (Coletta, 2019). Além disso, houve uma menor ênfase à multilateralidade da política externa brasileira, privilegiando relações bilaterais e uma aversão ao que Bolsonaro e o ex-chanceler Araújo chamavam de globalismo (Albuquerque, Saraiva, 2022).

Tais mudanças criaram um cenário em que a ideologia bolsonarista passava a servir como um norte para a inserção internacional do Brasil. As alterações no Itamaraty serviram para demonstrar a intenção do governo em se afastar de sua tradição diplomática, com esforços multilaterais e atuação nas organizações internacionais (Albuquerque, Saraiva, 2022).

Bressan, Menezes e Ribeiro (2021) entendem que ocorreu, durante o período Bolsonaro, uma mudança na visão de política externa e uma instrumentalização da mesma a partir do viés ideológico do bolsonarismo. Sendo assim, o Brasil de Bolsonaro restringiu o potencial do Mercosul e se afastou do posto de liderança regional. Ainda, para os autores, “houve retração e “negação” em relação às políticas regionais, culminando no desgaste brasileiro ao processo de integração do Mercosul.” (Bressan, Menezes, Ribeiro, 2021).

Dessa forma, o presente capítulo demonstra que a visão bolsonarista acerca do Mercosul se inicia a partir de uma lógica de distanciamento e, em cenários mais radicais, uma ruptura com o bloco. Gradualmente, por conta da resistência que poderia ser encontrada com o afastamento total do bloco, a posição do governo Bolsonaro sobre o Mercosul é de uma reformulação e retorno ao caráter comercial original do bloco, criticando o mecanismo como um obstáculo para a inserção internacional brasileira.

Considerando as mudanças promovidas pelo governo Bolsonaro não apenas na visão brasileira sobre o Mercosul, mas na própria institucionalidade responsável por lidar com o bloco sob a perspectiva ideológica do bolsonarismo, com mudanças expressivas no Itamaraty, faz-se necessário analisar de forma específica a política externa praticada durante o governo Bolsonaro para compreender como se deu a atuação do Brasil para o bloco.

Com esse fim, por ter Bolsonaro indicado preferência pelo distanciamento da integração ampla e demonstrado uma radicalização na postura de reduzir a relevância do Mercosul, assim como uma maior aproximação do modelo original do bloco, serão analisados os documentos a respeito da participação brasileira e menções relevantes ao Brasil no bloco, dando ênfase aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Presidência da República do Brasil e atas e comunicados oficiais do Mercosul.

#### 4 A POSIÇÃO OFICIAL DO BRASIL DE BOLSONARO PARA O MERCOSUL

Uma das primeiras menções importantes ao Brasil notadas nos documentos oficiais do Conselho do Mercado Comum (CMC), em julho de 2019, diz respeito ao pedido de pagamento, para o novo governo, ainda em 2019, de dívidas do país acumuladas no Instituto Social do Mercosul. Tal fato reforça a noção de que o Mercosul já vinha sendo secundarizado na agenda internacional, ao menos no campo social, desde antes do governo Bolsonaro. Ao analisar as contribuições financeiras feitas pelos países ao Instituto Social do Mercosul, é possível perceber que o governo brasileiro acumulou dívidas com o órgão, deixando de injetar um total de mais de dois milhões de dólares, mais que o dobro de Argentina e Paraguai somados (Mercosul, 2019).

Ainda em julho de 2019, enquanto Bolsonaro contava com o apoio de Macri, então presidente da Argentina, os documentos de resultados do Mercosul relatam que foram aprovadas medidas voltadas ao livre comércio, reforma institucional do bloco e revisão da tarifa externa comum (Mercosul, 2019). No mesmo período, durante a LIV Cúpula do Mercosul, Bolsonaro discursou aos demais chefes de Estado e, entre menções positivas ao ex-presidente da Argentina, Macri, e ao presidente dos EUA, Trump, reforçou o discurso ideológico e reafirmou a intenção do afastamento da Venezuela do projeto de integração. Para além do reforço de sua visão ideológica, Bolsonaro tratou de temas técnicos do Mercosul a partir destas perspectivas, afirmando que o Mercosul deveria se concentrar em

negociações externas, aí com grande apoio do meu ministro das Relações Exteriores, no zelo das indicações das embaixadas, também sem mais o viés ideológico do passado e quem sabe um grande embaixador dos Estados Unidos brevemente. Então focamos nisso, a nossa tarifa externa comum e nossa reforma institucional. (Bolsonaro, 2019)

Nessa oportunidade, Bolsonaro pareceu utilizar a Cúpula do Mercosul como plataforma para exposição da nova política externa brasileira (como foi chamada por Araújo) e demonstrar os direcionamentos que seu governo passava a promover na esfera regional, em termos de convergência com os ideais liberais de outrora, assim como no andamento da política externa brasileira como um todo. Ainda no âmbito do Mercosul, Bolsonaro fez menção positiva ao projeto de liberalização do bloco promovido por Michel Temer (Brasil, 2019), dando a entender, em sua primeira participação como chefe de Estado do Mercosul, que pretendia exercer uma continuidade em relação ao seu antecessor.

O que chama atenção, porém, é a ênfase dada a uma suposta dicotomia entre essas reformas e aquilo que Bolsonaro chama, em dezembro de 2019 durante a LV Cúpula de Chefes

de Estado do Mercosul e Estados Associados, de retrocesso ideológico, o qual afirmava estar enfrentando com seu governo internamente (Brasil, 2019). O presidente, na ocasião, enfatizou ter pressa para executar as reformas e para se opor à ‘ideologia’ no bloco, afirmando que “precisamos levar adiante as reformas que estão dando vitalidade ao Mercosul sem aceitar retrocessos ideológicos” (Brasil, 2019).

A lógica de Bolsonaro operando na institucionalidade do Mercosul parece, em um primeiro momento, não diferir muito daquilo que vinha propondo acerca das reformas liberalizantes para o bloco. Nas primeiras participações oficiais do Brasil na institucionalidade do Mercosul, Bolsonaro utilizou o espaço do bloco enquanto plataforma para demonstrar interesse em que a guinada na política doméstica brasileira refletisse na região não apenas no caráter de integração do Mercosul, mas na perspectiva de uma alteração de ideologia para o continente.

Durante o início da Presidência Pro Tempore (PPT) do Brasil no Mercosul, em 2019, a presidência brasileira para o bloco declarou possuir compromisso com a redução dos custos do mecanismo de integração e a retomada de sua vocação original para o regionalismo aberto (Brasil, 2019). Ernesto Araujo, de forma mais enfática, destacou que uma das propostas do período Bolsonaro para o Mercosul era retomar a integração aberta e que este modelo de integração estava diretamente ligado com os valores da nova política externa bolsonarista, e que o Brasil não permitiria que outras perspectivas afetassem a ‘nova’ forma de integração regional brasileira para o Mercosul (Brasil, 2019).

Para o ministro, o Mercosul ‘verdadeiro’ era aquele reconcebido pelo governo Bolsonaro: uma plataforma negociadora de integração aberta e por uma maior abertura econômica. É interessante verificar que, de acordo com o chanceler Araújo, essa retomada da integração aberta teria que ser levada adiante mesmo que isso significasse um atrito com a Argentina, em virtude das suas decisões políticas internas, como a eleição de Alberto Fernandez, um político mais à esquerda (Brasil, 2019).

Se consolidava, então, um direcionamento da política externa brasileira para o Mercosul em que as batalhas ideológicas do bolsonarismo se misturavam ao seu projeto de integração utilitarista e liberal. Ernesto Araújo, quando chanceler, na Conferência “A nova política externa brasileira”, em 2020, no Paraguai, demonstrou estar convencido de que a antiga política externa brasileira para a integração ampla do Mercosul era parte de um ciclo político de esquerda contra a ‘liberdade’ do país e pela dominação ideológica do continente que supostamente pretendia, entre outros, corromper os valores, a família e noções de direitos humanos através do controle do estado (Brasil, 2020).

O chanceler afirmou que, com a eleição de Bolsonaro, ao alcançar a ‘liberdade’ em nível nacional, o Brasil iria alcançar, por consequência, a liberdade política em âmbito internacional. Apesar desta perspectiva ter sido colocada em momentos anteriores, nessa oportunidade o chanceler utiliza a institucionalidade das relações internacionais sul-americanas, e especificamente o Mercosul, como âmbitos nos quais o Brasil pretendia se desvencilhar dos adversários do bolsonarismo e, à época, construir um

MERCOSUR tan entusiasmado y dinámico y que sigue entusiasmado y dinámico ahora bajo la presidencia paraguaya, algo que es tan fundamental para nosotros y que nos permite volver a esos sueños del comienzo de la década de 90, de un MERCOSUR como un projeto basado en el libre comercio, en la integración abierta y en la democracia. (Brasil, 2020)

A Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Itamaraty, também em 2020, demonstrou em relatório de gestão que a política externa do Brasil para o Mercosul seguiu o que havia sido proposto por Bolsonaro e Araújo. No documento oficial, afirmou-se que o Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores,

continuou a impulsionar a agenda de modernização do MERCOSUL, com ênfase na negociação de acordos comerciais com parceiros externos, no fortalecimento do arcabouço econômico-comercial do bloco, inclusive a revisão da Tarifa Externa Comum (...). Também foi dado prosseguimento aos esforços de enxugamento e racionalização do MERCOSUL (Ministério das Relações Exteriores, 2020).

Este projeto de renovação do Mercosul impulsionado pelo Brasil, no ano de 2020, contou com reduções no orçamento do bloco, cuja economia de recursos resultou, com destaque e em concordância com o que afirmou o chanceler Ernesto Araújo sobre a nova política externa brasileira, na readequação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos e do Instituto Social do Mercosul para o enxugamento das estruturas e economia dos recursos (Ministério das Relações Exteriores, 2020).

Alguns pontos da participação de Jair Bolsonaro na LVII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados realçam o que havia se tornado o projeto de Mercosul para o Brasil. Para Bolsonaro, que na oportunidade citou como avanços do Mercosul apenas a reestruturação do bloco e alguns temas voltados ao livre comércio, o retorno do Mercosul aos seus princípios originais de integração aberta significava uma plataforma de apoio para um projeto de reestruturação, também, do próprio Estado brasileiro, mencionando ainda princípios, valores, ‘liberdade’ e ‘democracia’ (Bolsonaro, 2020), bastante utilizados por Bolsonaro e Araújo sobre o processo de “desideologização” da política (externa) brasileira.

O ideal de Bolsonaro e Araújo para a integração regional, além de reduzir os esforços econômicos para outros âmbitos do Mercosul que não o comercial, foi caracterizado por ter como essencial a flexibilização das normas para acordos comerciais com parceiros externos ao bloco e reduzir a relevância de contato com o Mercosul. Para essa fase da política externa brasileira, que durou até 2021 sem contrapesos relevantes, o Mercosul foi reduzido a um meio de impulsionar acordos de livre comércio (Albuquerque, Saraiva, 2022).

O período de Araújo enquanto chanceler, até março de 2021, por sua proximidade com os ideais de Bolsonaro, representou uma mudança na presença internacional do Brasil para a região, especialmente para o Mercosul, demonstrando uma visão muito marcada pela ala ideológica do governo Bolsonaro e aqueles influenciados por Olavo de Carvalho (Albuquerque, Saraiva, 2022).

Por outro lado, a política externa orientada pela ideologia conservadora de Araújo e Bolsonaro encontrou forte atrito com uma ala mais pragmática do Itamaraty e com o Senado, resultando no enfraquecimento político e queda do ministro. Assim, Carlos França assumiu o cargo de chanceler para reduzir o peso que o discurso conservador e antiglobalista assumiu na política externa brasileira (Albuquerque, Saraiva, 2022).

Considerando essa minimização da força do conservadorismo para a inserção internacional brasileira, a partir de 2021, e uma abordagem mais pragmática do Itamaraty, entende-se que a proposta era a redução de atritos com parceiros e um retorno à normalidade (Albuquerque, Saraiva, 2022). Ainda assim, o retorno ao projeto liberal do Mercosul e o esvaziamento da relevância ampla do bloco para o Brasil não faziam, ao menos em um primeiro momento, parte do que seria reconsiderado no novo período do Itamaraty sob Carlos França.

Em seu discurso de posse, França citou o Mercosul apenas uma vez e com nenhum detalhe, apesar de fazer menções positivas ao multilateralismo e à cooperação com parceiros regionais, especialmente a Argentina, no âmbito do Mercosul (MRE, 2021).

Durante o início do período de Carlos França como chefe do Itamaraty, que coincidiu com a presidência pro tempore Argentina do Mercosul, Bolsonaro aumentou o tom de descontentamento quanto ao bloco, visto que as reformas liberalizantes não se mostraram tão efetivas quanto propunha o governo brasileiro. Durante a LVIII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, organizada pela presidência pro tempore argentina em julho de 2021, Bolsonaro afirmou que o Mercosul era sinônimo de ineficiência, desperdício de oportunidades e restrições comerciais (Brasil, 2021). Para o ex-presidente,

o semestre que se encerrou deixou de corresponder às expectativas e necessidades de modernização do MERCOSUL. Devíamos ter apresentado resultados concretos nos

dois temas que mais mobilizaram nossos esforços recentes: a revisão da Tarifa Externa Comum e a adoção de flexibilidades para as negociações de acordos comerciais com parceiros externos. (Brasil, 2021)

Bolsonaro também criticou diretamente a PPT argentina e Fernández por não acompanhar as propostas do Brasil para as alterações do Mercosul, especialmente sua flexibilização e redução radical de tarifas, e atribuiu isso ao que chamou, mais uma vez, de “viés ideológico” e uma visão arcaica sobre o mecanismo de integração (Folha de S. Paulo, 2021). Neste período, se tornava mais clara a posição brasileira para o Mercosul, em seu contraste com o que propunham os argentinos, visto que

Enquanto o governo de Alberto Fernández convoca a fortalecer a institucionalidade e os vínculos econômicos entre os membros do bloco, o governo brasileiro busca um Mercosul reduzido a sua expressão mínima e propõe diminuir a tarifa externa comum, revogar a norma que impede de comercializar individualmente com outros países e conduzir uma reforma institucional que minimize a estrutura do organismo. (Frenkel, Azzi, 2021)

O descontentamento anunciado por Bolsonaro foi o mesmo do ministro Carlos França, na Sessão do Conselho do Mercado Comum, um dia antes do Brasil assumir a presidência pro tempore do bloco, também em julho de 2021. Apesar de tratar de outros âmbitos da integração regional, como direitos humanos, educação e cultura, traços de sua postura mais pragmática enquanto chanceler, França reforçou a insatisfação do governo brasileiro com o Mercosul. Na ocasião, afirmou que, apesar de alguns avanços, não houve “consenso em dois temas que mais concentraram nossa atenção ao longo dos últimos meses: a revisão da Tarifa Externa Comum e as chamadas “flexibilidades” nas negociações de acordos comerciais com parceiros externos.” (Brasil, 2021).

O ministro comunicou aos outros representantes presentes na sessão que a visão brasileira acerca do Mercosul era sustentada pelo argumento de que não seria necessária uma convergência no momento presente das negociações comerciais, desde que isso ocorresse no futuro (Brasil, 2021). Para França, seria então necessário implementar esforços, durante a presidência brasileira do bloco, para alcançar uma

maior flexibilidade em nossos modos de negociar acordos comerciais. Precisamos, portanto, de uma solução capaz de angariar apoio de todos os estados partes, ancorada no princípio de que os sócios do MERCOSUL podem ter diferentes níveis de ambição e ritmos nas negociações, desde que no futuro todos acabem convergindo, ainda que em tempos diferentes, para o mesmo resultado. (Brasil, 2021).

Para além disso, o ex-chanceler mencionou positivamente os esforços pela reforma do bloco e por uma readequação do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos e também

do Instituto Social do MERCOSUL (Brasil, 2021). Apesar de não utilizar termos fortes e mais ideologizados como os de Araújo, optando por não falar de ‘enxugamento’ da estrutura ou mesmo ‘racionalização’, Carlos França cita a restrição financeira do Mercosul como um dos motivos para que a PPT brasileira seguisse adequando o bloco de forma a diminuir seus gastos (Brasil, 2021).

Nesta sessão do CMC, um dia antes do começo da presidência pro tempore brasileira, Carlos França argumentou que existem interesses diferentes entre os países-membros do Mercosul e que, portanto, a flexibilização seria necessária para o Brasil e um foco da agenda brasileira durante a presidência do bloco (Brasil, 2021).

A presidência pro tempore brasileira para o Mercosul nos seis meses que seguiram, segundo Carlos França, organizou eventos oficiais que, apesar de atingir áreas diversas do bloco, como saúde e infraestrutura, estavam sempre utilizando três parâmetros: atualização das regras e instituições do Mercosul, liberalização do bloco e articulação de esforços (Brasil, 2021). O ex-chanceler também mencionou, dentre o que foi feito durante a PPTB em 2021, que foi organizado internamente um encontro sobre o Mercosul com a participação de Fernando Collor, que assinou o tratado de Assunção em 1991 (Brasil, 2001), e outras autoridades brasileiras do período, resultando em uma avaliação também a favor da flexibilização do bloco (Agência Senado, 2021).

Durante o seu primeiro ano em atividade, então, Carlos França seguiu a utilizar o espaço oficial do Brasil no Mercosul para promover a urgência de uma maior liberalização do bloco, com a flexibilização das regras de convergência entre o Brasil e os demais países-membros, principalmente com o intuito de negociar acordos comerciais com menor relevância do bloco no processo.

Vê-se que, mesmo com o discurso mais polido e multifacetado, França ainda tratou o bloco como plataforma de livre comércio e seguiu propondo e pressionando pelas mesmas reformas que marcaram o período Araújo, mantendo a posição brasileira que pretendia esvaziar a relevância do Mercosul para a inserção internacional no país.

Em 2022, durante o último ano do mandato de Jair Bolsonaro, o tom descontente e pedindo por uma redireção mais contundente do Mercosul rumo ao regionalismo aberto se manteve, especialmente por parte do ex-chanceler Carlos França. No Paraguai, em julho de 2022, durante a LX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum com Estados Partes e Bolívia, França defendeu a proposta do governo Bolsonaro para o Mercosul afirmando que

Em sua origem, o MERCOSUL foi caracterizado pelo regionalismo aberto, pela busca de maior integração não apenas entre os países membros, como também entre

nossa região e o mundo. E é nesse sentido que atualmente buscamos direcionar o bloco. (Brasil, 2022)

Por outro lado, Bolsonaro deixou de participar do mesmo evento, enviando apenas um vídeo para ser exibido no turno brasileiro (Folha de S. Paulo, 2022). Neste, o ex-presidente discursou por aproximadamente cinco minutos e, de forma vazia, pediu por uma revisão tarifária e anunciou medidas tomadas internamente no país (Poder 360, 2022). Quando citou o entorno regional a partir do Mercosul, deu poucos detalhes e apenas citou relações comerciais e cadeias de mercado como parte da importância da região (Poder 360, 2022).

Em clima de campanha eleitoral, o presidente pareceu se afastar ainda mais da visão de Mercosul do seu opositor e também candidato, Luís Inácio Lula Da Silva que, pouco tempo antes, havia lançado sua candidatura prometendo fortalecer o Mercosul e a integração regional (Folha de S. Paulo, 2022).

No ano de 2022, Bolsonaro deixou de lado o Mercosul, não participando da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados em dezembro de 2022, no Uruguai, seu último compromisso internacional como presidente (Moreira, 2022). Essa postura demonstra a menor relevância que o bloco gradualmente assumiu durante seu governo, assim como a integração regional na medida em que os países vizinhos, em especial a Argentina de Fernández, se voltavam à esquerda (Frenkel, Azzi, 2022).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado neste trabalho, entende-se que o governo Bolsonaro entendeu o Mercosul como um projeto ideologicamente ligado ao seu grupo de adversários políticos e afastado da sua vocação original, que seria a integração aberta. Sendo assim, Bolsonaro colocou o Mercosul em um patamar de ainda menor relevância, mantendo uma visão utilitarista e comercial do bloco.

Inicialmente, Bolsonaro propunha se afastar radicalmente da integração ampla que impulsionou e marcou o bloco durante os governos de Lula e Dilma, ameaçando até mesmo sair do Mercosul.

Para promover os seus interesses ideológicos no âmbito do Mercosul e fazer um contraponto aos governos anteriores de seus opositores políticos, Bolsonaro chegou a fazer indicações no Itamaraty por alinhamento ideológico e com intenção de promover seu viés conservador para a região através da política externa, vendo no Mercosul uma oportunidade de expansão para a guinada política à direita que ocorria na região e as reformas estruturais liberalizantes que pretendia tanto para o bloco quanto para o Brasil.

Apesar de inicialmente propor um cenário mais disruptivo entre o Brasil e o Mercosul, o governo de Jair Bolsonaro enfrentou discordâncias internas, tanto da ala pragmática do Ministério das Relações Exteriores quanto de grupos de interesse domésticos, como a Confederação Nacional das Indústrias. Sendo assim, a visão de Bolsonaro para o Mercosul se acomodou em reformas institucionais e promoção de uma maior liberalização do bloco, especialmente pela flexibilização na negociação de acordos comerciais pelos países-membros.

Durante o período de Ernesto Araújo enquanto chanceler, entre 2019 e março de 2021, o bolsonarismo encontrava mais espaço na política externa e nas participações oficiais do Brasil no Mercosul, visto que Araújo estava mais próximo da ala ideológica do governo e, dessa maneira, assumia que a suposta falta de liberalização comercial do bloco estava vinculada ao que chamava de ideais globalistas e de esquerda. Esta posição, defendida com mais afinco por Bolsonaro enquanto Araújo foi chanceler, representa também o afastamento radical que Bolsonaro pretendeu executar entre o seu governo e os governos petistas.

De toda forma, o embate entre a ala ideológica, comandada por Araújo, e a ala pragmática do Itamaraty gerou rupturas no MRE que levaram à queda de Araújo como ministro e à posse de Carlos França. A partir desse momento, o pragmatismo de França tenta adequar o discurso oficial do Brasil no Mercosul, agora não mais com exageros ideológicos

antiglobalistas, mas sim mantendo as críticas ao bloco com termos técnicos e uma postura menos enviesada ideologicamente.

Sob ambos os ministros, a posição brasileira no Mercosul pressionou por mais liberalização e, em termos gerais, uma menor participação do bloco na política externa brasileira quanto à negociação de acordos comerciais. Curiosamente, essa postura afastada da integração regional e da convergência com os países vizinhos foi ainda mais visível durante o período de Carlos França como chanceler.

Apesar do assumido pragmatismo do seu segundo ministro de relações exteriores, Jair Bolsonaro, em alguns momentos, criticava o Mercosul e, por vezes, ainda justificava a sua visão negativa do bloco pela presença da ‘ideologia’ que pretendia combater. Durante todo o seu mandato, Bolsonaro oficialmente se distanciou da importância ampla que o Mercosul possui para a inserção internacional do Brasil, com o esvaziamento da importância do bloco para o país e propostas recorrentes de reforma institucional para o enxugamento do Mercosul.

O afastamento do governo Bolsonaro da integração regional a partir do Mercosul escalou para atritos reais e mais visíveis em 2021, quando o ex-presidente acusou a Argentina de promover a ineficiência e estagnação do bloco por questões ideológicas e criticou o país por não apoiar as reformas propostas pelo Brasil. Em 2022, Bolsonaro deixou de comparecer às reuniões de chefes de estado do bloco, representando o que tinha se tornado o Mercosul para o Brasil durante o seu governo: uma plataforma de expansão ideológica, meramente utilitarista e com relevância reduzida para o país.

Em suma, Bolsonaro consegue ampliar o rompimento com a integração regional e o Mercosul como foram propostos e executados pelos governos de centro-esquerda, mas encontra entraves técnicos para aprofundar esse rompimento como gostaria inicialmente. Ainda assim, o governo Bolsonaro relegou o Mercosul e a região a uma categoria de menor importância na política externa brasileira, priorizando as relações bilaterais e o alinhamento com os EUA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINE, Cristiane; RAMALHO, André. Paulo Guedes diz que Mercosul não é prioridade de Bolsonaro. **O Globo**, [s.l.], 28 out. 2018. Valor. Disponível em: <http://glo.bo/3V9XYxk>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ALBUQUERQUE, Mariana. **Bolsonaro não deve ir para cúpula do Mercosul e vai enviar Mourão**. *Correio Braziliense*, 5 dez. 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/12/5056775-bolsonaro-nao-deve-ir-para-cupula-do-mercosul-e-vai-enviar-mourao.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

ARAÚJO, Ernesto. **A nova política externa brasileira**: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019 / Ernesto Araújo. Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1057>. Acesso em: 16 jan. 2025.

AZZI, Diego.; FRENKEL, Alejandro; Jair Bolsonaro e a desintegração da América do Sul: um parêntese?. **Nueva Sociedad**, n. 291, 2020. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Jair-Bolsonaro-desintegracao-America-Sul/>. Acesso em: 13 fev. 2025

BESSA, Pedro Henrique Santana. **O ressurgimento do anticomunismo na política externa brasileira e a ruptura institucional durante o governo de Jair Messias Bolsonaro**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

Bolsonaro diz que não vai à reunião de cúpula do Mercosul no Paraguai. **Folha de S.Paulo**, 14 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/07/bolsonaro-diz-que-nao-vai-a-reuniao-de-cupula-do-mercosul-no-paraguai.shtml>. Acesso em: 05 fev. 2025.

Bolsonaro e presidente argentino se desentendem em reunião do Mercosul. **Folha de S.Paulo**, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/bolsonaro-e-presidente-argentino-se-desentendem-sobre-flexibilizacao-em-reuniao-do-mercosul.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso de posse do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França – Brasília, 06/04/2021**. *Ministério das Relações Exteriores*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-de-posse-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-carlos-alberto-franco-franca-2013-brasilia-06-04-2021>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Sessão Plenária dos Chefes de Estado durante a LIV Cúpula do MERCOSUL - Santa Fé, Argentina, 17 jul. 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-cupula-mercosul-santa-fe-argentina-17-7-2019>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da LVIII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (videoconferência) - Palácio do Planalto, 08 jul. 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-lviii-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a abertura da Reunião Plenária da LV Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - Bento Gonçalves/RS.** *Biblioteca da Presidência da República*, 5 dez. 2019. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-abertura-da-reuniao-plenaria-da-lv-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-bento-goncalves-rs>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na LVII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (videoconferência) - Palácio do Planalto.** *Biblioteca da Presidência da República*, 2020. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-lvii-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Senhor Ministro de Estado na Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-do-senhor-ministro-de-estado-na-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Intervenção do Senhor Ministro de Estado por ocasião da Reunião Ordinária do CMC com Estados Partes e Bolívia - Brasília, 07 jul. 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/intervencao-do-senhor-ministro-de-estado-por-ocasio-da-reuniao-ordinaria-do-cmc-com-estados-partes-e-bolivia-brasilia-07-07-2021>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Intervenção do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na LX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) com Estados Partes e Bolívia - Assunção, 20 de julho de 2022.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/intervencao-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-na-lx-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-cmc-com-estados-partes-e-bolivia-assuncao-20-de-julho-de-2022>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 11/2019. Declaração conjunta emitida por ocasião da visita de trabalho ao Brasil do presidente da Nação Argentina, Mauricio Macri – Brasília, 16 de janeiro de 2019.** Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-emitida-por-ocasio-a-visita-de-trabalho-ao-brasil-do-presidente-da-nacao-argentina-mauricio-macri-brasilia-16-de-janeiro-de-2019](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-emitida-por-ocasio-a-visita-de-trabalho-ao-brasil-do-presidente-da-nacao-argentina-mauricio-macri-brasilia-16-de-janeiro-de-2019). Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Os primeiros avanços da nova política externa.** *Valor Econômico*, 08 maio 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/ernesto-araujo-2019-2021/os-primeiros-avancos-da-nova-politica-externa-valor-economico-08-05-2019>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 125, 2º semestre de 2019.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/biblioteca/resenhas-de-politica-externa-do-brasil/resenha-n-125-segundo-semester-2019.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Presidente (2016 - : Michel Temer).** Mensagem ao Congresso Nacional, 2017: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, 2017. (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-deconteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/michel-miguel-elias-temer-lulia/mensagenspresidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-2017.pdf/view>. Acesso em: 14 jan. 2025

BRESSAN, Regiane; MENEZES, Roberto; RIBEIRO, Alina. Aos trancos e barrancos: o Mercosul na política externa brasileira (2015-2021). **Brazilian Journal of International Relations**, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12549>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRICEÑO-RUIZ, José. O auge e a crise do "novo Mercosul" no período pós-hegemônico (2003-2016). **Lua Nova**, São Paulo, n. 112, p. 55-86, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mRTdjNsTKgq3ZpSV9zL5wHm/?format=pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CASON, Jeffrey; BURRELL, Jennifer. Turning the tables: state and society in South America's economic integration. **Polity**, v. 34, n. 4, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3235413>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy. Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula era. **International Political Science Review**, mar. 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0192512109102432>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CERVO, Amado. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. Disponível em: [Relações Internacionais da América Latina](#). Acesso em: 21 jan. 2025

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/CKYGvYXfKP6GvwydF8WLqPF/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 22 jan. 2025

COLETTA, Ricardo Della. Ernesto Araújo exclui curso sobre América Latina de formação de diplomatas. **Folha de São Paulo**, 16 fev. 2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/chanceler-exclui-curso-sobre-america-latina-de-formacao-de-diplomatas.shtml>. Acesso em 24 jan. 2025..

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA**. Impactos jurídicos da saída do Brasil do MERCOSUL. Brasília: CNI, 2020. Disponível em:

[https://fieq.com.br/repositoriosites/repositorio/portalfieq/editor/Image/cni\\_mercosul\\_impacto\\_ssaida.pdf](https://fieq.com.br/repositoriosites/repositorio/portalfieq/editor/Image/cni_mercosul_impacto_ssaida.pdf). Acesso em: 26 jan. 2025.

**CONGRESSO EM FOCO**. PRESIDENCIÁVEL do PSC, Bolsonaro convoca população para manifestações. Brasília, 10 mar. 2016. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/presidenciavel-do-psc-bolsonaro-convoca-populacao-para-manifestacoes/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

CORNETET, J. M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade.

**Conjuntura Austral**, v. 5, n. 24, p. 111–150, 2014. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628>. Acesso em: 16 jan. 2025.

DE JESUS, Diego. The benign multipolarity: Brazilian foreign policy under Dilma Rousseff.

**Journal of International Relations and Foreign Policy**, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em:

[https://jirfp.thebrpi.org/journals/jirfp/Vol\\_2\\_No\\_1\\_March\\_2014/2.pdf](https://jirfp.thebrpi.org/journals/jirfp/Vol_2_No_1_March_2014/2.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

FERNANDES, Thiago Vicino. Aproximação e distanciamento na política externa de

Bolsonaro para a Argentina no Mercosul. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 21, n. 42, p. 159, 2022.

**FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA**. MANIFESTO À NAÇÃO. out. 2018.

Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

GIACCAGLIA, Clarisa.; VADELL, Javier A. El rol de Brasil en el regionalismo

latinoamericano: la apuesta por una inserción internacional solitaria y unilateral. **Foro**

**Internacional**, v. 60, n. 3, p. 1041-1080, 2020. Disponível em:

[https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-013X2020000301041](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-013X2020000301041). Acesso em: 12 fev. 2025.

GRANATO, Leonardo; UBERTI, Guilherme. Mercosul e regionalismo aberto nos governos

Temer e Bolsonaro: uma análise dos planos nacionais de desenvolvimento. **Revista Aportes para la Integración Latinoamericana**, n. 46, 2022. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/247226>. Acesso em: 18 fev. 2025.

JUNQUEIRA, Cairo; NEVES, Bárbara; SOUZA, Lucas. Regionalismo sul-americano nos

anos 2020: o que esperar em meio às instabilidades políticas? **Revista Tempo do Mundo**, n.

23, 2020. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13427/1/Tempo\\_Mundo\\_n23\\_Artigo4\\_regionalismo\\_sulamericano\\_anos.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13427/1/Tempo_Mundo_n23_Artigo4_regionalismo_sulamericano_anos.pdf). Acesso em: 20 fev. 2025.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: **Little Brown**, 1977.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. 2. ed. São Paulo, SP: **Perspectiva**, 2004. Acesso em: 17 fev. 2025.

Lafer, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação*. Vol. 2. Brasília: **FUNAG**, 2018. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca/download/relacoes-internacionais-politica-externa-diplomacia-brasileira-volume-1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LEIA A ÍNTEGRA DO CONSENSO DE BUENOS AIRES. *Folha de São Paulo*, [s.l.], 18 out. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LEIA A ÍNTEGRA E VEJA VÍDEO DE LULA AO LANÇAR PRÉ-CANDIDATURA. *Folha de S.Paulo*, 7 mai. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-ao-lancar-pre-candidatura.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2025.

LIBERDADE de negociar acordos com outros países favorece consolidação do Mercosul, avaliam debatedores. *Agência Senado*, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/23/liberdade-de-negociar-acordos-com-outros-paises-favorece-consolidacao-do-mercosul-avaliam-debatedores>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MALAMUD, Andrés. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional / Concepts, theories and debates on regional integration. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, SP, v. 1, n. 3, p. 366–389, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/2763>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MALAMUD, Andrés. Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience. In: LAURSEN, Finn (Ed.). *Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives*. Aldershot: Ashgate, 2003. p. 53-73.

MARZUI, G. No aniversário, Bolsonaro viaja ao Chile para discutir criação do Prosul com líderes sul-americanos. **G1**: Brasília, 21.mar.2019. Disponível em: <http://glo.bo/2Ct2iSw>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MERCOSUL. INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL. **XXXII Reunião do Conselho do Instituto Social do MERCOSUL**. MERCOSUL/CISM/Nº 01/2019. 2019. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/74599\\_CISM\\_2019\\_ACTA01\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/74599_CISM_2019_ACTA01_PT.pdf). Acesso em: 23 jan. 2025.

MERCOSUL. INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **Informe semestral de gestión. Enero-junio 2019**. 2019. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docinformativos/73824\\_CMC\\_2019\\_ACTA01\\_AN\\_E08\\_ES\\_Informe%20ISM.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docinformativos/73824_CMC_2019_ACTA01_AN_E08_ES_Informe%20ISM.pdf). Acesso em: 23 jan. 2025.

MOREIRA, Rudá. Bolsonaro não vai a último compromisso internacional que teria como presidente. **CNN Brasil**, 1 dez. 2022. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-nao-vai-a-ultimo-compromisso-internacional-que-teria-como-presidente/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ONUJI, J. Para onde caminha o Mercosul?. **Revista Múltipla (UPIS)**, Brasília, DF, v. 4, n. 6, 1999.

PODER360. Ao vivo: Bolsonaro falta à reunião do Mercosul e envia vídeo [21:30-25:00]. [S.l.], 21.jul.2022b. Disponível em: <https://youtu.be/Vi5wbgF33ns>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, v. 1, ed. 1, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/5285/3883>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes.; ALBUQUERQUE, Felipe Leal. Como mudar uma política externa?. **Brazilian Journal of International Affairs**, n. 1, 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/13/como-mudar-uma-politica-externa>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes. A política externa brasileira mudou com o novo chanceler?. **Latinoamérica** 21. [S. l.], 13 ago. 2022.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil)**. O caminho da prosperidade: Proposta de Plano de Governo. Brasília, 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf). Acesso em: 22 jan. 2025

VÁZQUEZ, Mariana. O Mercosul de Bolsonaro e Macri ou o Mercosul das três renúncias. **Bordes: Revista de Política, Direito e Sociedade**. Buenos Aires, dez. 2018. Disponível em: <https://revistabordes.unpaz.edu.ar/el-mercosur-de-bolsonaro-y-macri-o-el-mercosur-de-las-tres-renuncias/>. Acesso em: 24 jan. 2025.